

PLEITOS DO SETOR QUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AOS CANDIDATOS

O SIQUIRJ apresenta seis itens, com subitens, contendo as mais urgentes questões para a sustentação das empresas do segmento químico.

A indústria química é considerada estratégica não somente por geração de postos de trabalho qualificado e renda, mas também por sua contribuição às demais atividades econômicas e ao consumo.

No entanto, o setor carece da necessidade de alterações pelo governo federal e estadual de pontos extremamente fundamentais que estão destacados nesta apresentação de pleitos aos candidatos.

TRABALHISTA

Terceirização:

Atualmente, as relações de produção nas cadeias de valor se encontram horizontalizadas: especialmente no setor químico, dificilmente a mesma empresa que fabrica o princípio ativo de um produto é responsável pela produção do resultado que chega ao mercado consumidor final. A divisão da produção em redes de diferentes escalas reflete a presente organização do mercado. Desta forma, a terceirização aparece como uma tendência mundial, proporcionando ganhos de produtividade, qualidade dos serviços e produtos e simplificação administrativa, com focos em atividades estratégicas. Entretanto, a legislação brasileira a respeito deste assunto é ultrapassada, relacionada a um período da economia no qual a organização do mercado e das relações produtivas era diferente. Portanto, torna-se necessário um marco legal que modernize as relações de terceirização, dando respaldo jurídico a empregadores e empregados. A regulamentação da terceirização representará um avanço nas relações trabalhistas, beneficiando o crescimento econômico.

Flexibilização das Leis Trabalhistas:

A competitividade de uma economia está fortemente ligada aos custos de trabalho e à produtividade dos trabalhadores. No Brasil, o grande aumento do custo da mão de obra, associado ao baixo crescimento da produtividade, afetou a capacidade da indústria brasileira de concorrer no mercado.

Parte do problema está na legislação trabalhista excessivamente rígida, que cria entraves burocráticos e gera insegurança jurídica para empresas e trabalhadores. Superar esse problema, pela criação de normas afinadas com a dinâmica produtiva moderna, é a chave para garantir o futuro da indústria brasileira. Outra parte está relacionada à produtividade do trabalho no Brasil, que cresceu pouco desde o início da década de 2000, sendo inferior à dos países desenvolvidos e à de diversos países em desenvolvimento.

É necessário estabelecer políticas de redução de custos e aumento de produtividade por meio da modernização das relações de trabalho.

TRIBUTÁRIO

Matérias primas sem similar nacional: solicita-se a diminuição do imposto de importação e do imposto sobre produto industrializado (IPI) de produtos cujas matérias primas necessitam ser importadas por não haver oferta de similares no mercado nacional. Desta forma, uma diminuição do custo da matéria prima que tenha sua fonte exclusiva na importação resultaria em um produto final, produzido no país, mais competitivo. Merece, também, atenção a falta de isonomia tributária, já que, em alguns casos, a matéria prima importada paga menos impostos que a matéria prima fabricada no Brasil. Ocorre a incidência de tributos federais e estaduais que prejudicam a produção nacional, relativamente à carga tributária do produto importado. Essa isonomia é fundamental para a política de industrialização do país.

LOGÍSTICA

Infraestrutura de portos:

Os portos são a principal porta de entrada e saída dos insumos e produtos que chegam e saem do país. Desta forma, é essencial que tenham alta eficiência e agilidade no recebimento e despacho de mercadorias. Em 2013, com a implantação do programa Porto 24 horas nos 8 principais portos do país, foi possível reduzir o tempo de liberação de cargas no porto do Rio de Janeiro de 18 dias para 12 dias (33,3%), especialmente devido a ampliação do horário de trabalho dos órgãos anuentes para 24h/dia, inclusive finais de semana e feriados. A expectativa é que se aumente o efetivo dos órgãos anuentes para que se garanta o pleno atendimento durante as 24 horas diárias de operação. Outra proposta é o Portal Único do Comércio Exterior, que objetiva a criação de um sistema de tecnologia da informação mediante o qual os operadores e intervenientes do comércio exterior poderão encaminhar documentos ou dados exigidos pelo governo para importação, exportação ou trânsito de bens a um único ponto de entrada acessível por meio da Internet: o Portal Siscomex. Após sua completa implementação, prevista para 2017, espera-se que o tempo total de liberação de cargas no porto do Rio de Janeiro seja de 5 dias, vigorando entre os menores do mundo. Existe um movimento de agilização deste processo de implementação, antecipando os ganhos de competitividade. Também é requisitada a implementação do programa Porto 24 horas em todos os portos do Estado, aumentando sua eficiência e competitividade.

Infraestrutura de rodovias:

O problema: Espera-se que com a inauguração do Arco Metropolitano, em julho deste ano, o fluxo de veículos que apenas atravessa a cidade do Rio de Janeiro diminua, contribuindo para redução dos congestionamentos nas principais vias da cidade e, conseqüentemente, na diminuição do tempo e custo do transporte de materiais para e do Porto do Rio de Janeiro. Além disso, se tornou uma via de acesso mais eficaz ao Porto de Itaguaí para as indústrias químicas localizadas na Baixada Fluminense.

Possível solução: A construção da Transbaixada, projeto de rodovia que ligaria a rodovia Washington Luís (BR-040), no município de Duque de Caxias, à via Dutra (BR-116) e à via Light (RJ-081), passando pelos municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita, seria um importante projeto para desafogar as principais vias da cidade, Avenida Brasil e Linha Vermelha. O projeto estava previsto para começar em 2011, mas está paralisado.

ENERGIA

Energia Elétrica:

O problema: A indústria de processos químicos é uma indústria energointensiva. Desta forma, o custo da energia elétrica é uma variável que exerce grande influência sobre o preço do produto final da cadeia de valor da indústria química nacional. No Brasil, a tarifa média da energia elétrica para a indústria é de 334,8 R\$/MWh, de acordo com o estudo da Firjan “Quanto custa a energia elétrica para a indústria no Brasil”. Desse valor, cerca de 60% está atrelado a custos de Geração, Transmissão e Distribuição, 27% a tributos federais e estaduais, 8,5% a encargos setoriais e 4,5% a perdas técnicas e não-técnicas. Para efeito de comparação, esse custo é 161% maior que o custo da EE para a indústria nos EUA (128,23 R\$/MWh), e superior a de países como Rússia, França, China, Coreia do Sul, Alemanha, Japão e México. No Estado do Rio de Janeiro, o custo fica acima da média nacional, com o valor de 369,62 R\$/MWh, o 9º maior da Federação. Descontados os tributos federais e estaduais, esse valor cai para 242,29 R\$/MWh, passando nosso Estado para a 13ª posição em uma escala decrescente de custos por megawatt hora. Isso significa que cerca de 34,5% do custo da energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro deve-se a tributos como PIS/COFINS e ICMS. Em termos percentuais, é o segundo maior da Federação, ao lado de Goiás e Paraná, atrás apenas do Maranhão.

Possível solução: Redução na tributação da energia elétrica para a indústria, resultando em um produto mais competitivo.

MATÉRIA PRIMA

Nafta e Gás Natural:

O problema: A nafta petroquímica e o gás natural são as principais matérias primas da indústria química. Hoje, o gás natural distribuído para as indústrias vem exclusivamente da Petrobras, seja por produção interna, seja por importação, através do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) ou de GLP. O preço desse gás que chega às indústrias nacionais é por volta de 17,45 US\$/MBTU, enquanto nos principais concorrentes estrangeiros, o gás chega a um preço menor, como nos EUA, por volta de 5,62 US\$/MBTU, graças ao shale gás. O elevado preço das matérias primas fósseis compromete a competitividade da indústria química nacional, que também é prejudicada pelo elevado preço da energia elétrica,

conforme mencionado no item anterior. Estes problemas contribuem para o alto preço da produção nacional.

Possível solução: Com o aumento gradual da produção nacional de petróleo e gás, devido especialmente à produção na camada pré-sal, existe a expectativa de maior oferta dessas matérias primas no mercado. O setor industrial químico anseia por garantias de que esse aumento da oferta proporcionará garantias de volume disponíveis no mercado preços competitivos com o mercado internacional. Sendo a Petrobras a única fornecedora da matéria prima no País, se faz necessária uma articulação do estado com o objetivo de garantir uma oferta a preços e volumes competitivos dessas matérias primas, acordadas por ambas as partes, fornecedor e compradores.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O problema: A elevada burocracia envolvida no atendimento às diversas prerrogativas ambientais afeta a competitividade das indústrias químicas. A falta de clareza das atribuições de cada esfera legisladora, Federal e Estadual, com superposição de funções idênticas e onerosidade dos processos gera um desgaste da máquina pública, impedindo a prestação de um serviço eficiente e racional.

Possível solução: Pelo fato das atribuições de regulamentação ambiental estarem dispostas de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal e pela resolução CONAMA 237/97, de forma não muito clara, sujeita a interpretações, sugere-se “atacar” o problema de outra maneira que não a alteração da legislação. De forma semelhante a proposta de um Portal Único para o Comércio Exterior, propõe-se um portal único para o licenciamento ambiental, integrando as restrições estaduais e federais, de forma que a celeridade no seu preenchimento, com repasse das informações aos respectivos órgãos, diminua a burocracia e desonere todo o processo.